EXTRANUMERÁRIO — CONTRATADO — FUNÇÃO PERMANENTE

— É condição essencial à admissão de contratado, após a vigência da Lei n.º 2.284, de 1954, a transitoriedade de função, que não se pode, a curto prazo, reputar permanente.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 5.215-56

No anexo processo, submetido a estudo deste Departamento, propõe o Ministério da Agricultura a aplicação do disposto no art. 1.º da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, a Roberto Resende, extranumerário-contratado daquele Ministério, onde exerce a função de Químico Analista, por contar o mesmo mais de 5 anos de serviço público.

2. O Instituto de Fermentação, em ofício de 13 de junho de 1956, constante do processo, e dirigido à Divisão do Pessoal do Ministério da Agricultura, esclarece:

.....
A iniciativa de seu contrato foi tomada por esta repartição tendo em vista a situação de emergência resultante do acúmulo de serviço, de um lado, e falta de pessoal técnico habilitado, de outro, e o seu contrato deveria durar até que chegassem a bom termo os esforços desta Diretoria no sentido de obter um aumento substancial no seu corpo de pessoal técnico. Todavia, essa medida não foi possível concretizar-se, por circunstâncias que são do conhecimento da Administração.

Nestas condições, considerando que ao Químico-Analista contratado, Roberto Resende, é atribuída a execução de serviços iguais aos exigidos de funcionários públicos, no desempenho dos

quais tem-se revelado profissional competente e perfeitamente adaptado aos trabalhos técnicos desta repartição”.

3. É omissio o Ministério quanto à data inicial do contrato em exame, presumindo-se, todavia, pelo processo que o referido contrato é posterior à data do início da vigência da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952. Não se aplicaria, portanto, ao caso, o art. 26 da mesma lei, citado pelo Instituto de Fermentação:

“Os atuais extranumerários contratados, brasileiros, que ocupam funções de natureza permanente passarão à condição de extranumerários mensalistas, aplicando-se aos mesmos, no que couber, os dispositivos constantes desta lei, referentes aos atuais diaristas”.

4. Estabelece a Lei n.º 2.284, de 1954:

“Art. 1.º Os extranumerários-mensalistas da União e das autarquias que contem ou venham a contar mais de 5 (cinco) anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

Art. 2.º A partir da data da publicação desta lei, só poderá ser admitido extranumerário para função de natureza reconhecidamente transitória, como contratado, quando as atribuições forem

técnico-científicas, e como tarefeiro para atividades de natureza subalterna ou braçal.

.....
§ 2.º Ao pessoal admitido por essa forma não se aplica o disposto no art. 1.º desta Lei, salvo se as funções para que forem admitidos se tornaram de caráter permanente, devidamente comprovado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e o Ministério ou órgão interessado”.

5. O interessado, que já exercia função de contratado como Assistente da 5.ª Cadeira — Química Orgânica e Tecnologia Rural — da Escola Nacional de Agronomia Rural, teve o seu contrato, como Químico Analista, renovado por mais 1 ano, a partir de 25 de fevereiro de 1956. Na ocasião, dentre as razões apresentadas, alegava o Ministério:

a) que não tendo sido possível, até agora, ampliar o quadro normal de técnicos daquele Instituto, torna-se imprescindível manter, pelo menos, o número atual; e

b) que se trata, no caso, de servidor que, além de outras atribuições relacionadas com a sua especialidade, está realizando, no momento, um trabalho de revisão e adaptação de métodos de análise de vinhos e derivados, trabalho de real interesse e em fase bastante adiantada, sendo de lamentar que o mesmo tivesse de ser interrompido”.

6. A renovação de contrato obedece aos mesmos requisitos da admissão, com exceção, apenas, de que naquela não é exigida prova de habilitação do candidato, já comprovada por ocasião do contrato inicial; dessarte, após a vigência da Lei n.º 2.284, de 1954, são condições essenciais para os contratos, quer sejam admissão ou remoção, de acordo com o art. 2.º da citada lei:

a) a transitoriedade da função; e

b) as atribuições técnico-científicas.

7. À vista do exposto, são inconciliáveis os motivos expendidos a fim de fundamentar a pretensão em estudo. Realmente, uma função considerada transitória em 6-2-1956, quando se propôs o contrato, passa a ser havida como

permanente em 5 de julho do corrente ano, dentro, portanto, do mesmo exercício. Essa transformação radical não se coaduna com o espírito do § 2.º do art. 2.º da Lei n.º 2.284, citada.

8. Ao caso se aplicam as conclusões do Consultor Jurídico deste Departamento, que, em parecer dado ao processo de n.º 10.462-55, do Ministério da Marinha, opinou (*D. O.* de 19 de junho de 1956, pág. 11.964):

“.....
Dessa ordem de consideração se infere que, se houve legalidade na admissão desse pessoal, as funções de que cogitam os respectivos contratos são de natureza reconhecidamente transitória, pois que, se permanente, não se teria atendido ao disposto no art. 2.º (*caput*), da Lei n.º 2.284, citada.

Poder-se-á objetar, todavia, que, embora inicialmente transitórias, tais funções se tornaram de natureza permanente, incidindo, assim, a situação dos interessados na exceção expressamente consignada no § 2.º daquele dispositivo, beneficiando-os com as vantagens do art. 1.º da Lei n.º 2.284, de 1954.

.....
Tenho para mim que, ou essas funções eram, efetivamente, permanentes, e, nesse caso, descumprido foi o preceito contido no art. 2.º (*caput*) da Lei n.º 2.284, de 1954, com a contratação dos interessados, visto que expressamente vedada, ou, de converso, eram transitórias, hipóteses em que seria necessário comprovar a transformação operada, com as novas características de permanência daquelas funções.

De outro modo, facilmente seria fraudado o dispositivo legal, que exige a natureza transitória, além de técnico-científica, da função objeto do contrato.

Como bem acentua a D. P. deste Departamento, é excessivamente exíguo o lapso de tempo para justificar a transformação.

Tratando-se, como na espécie, de exceção, pois que a norma do art. 1.º da Lei n.º 2.284, de 1954, se destina aos mensalistas, esclarecendo o art. 2.º da mesma Lei que não tem ela aplicação

aos contratados, segue-se que a interpretação é restritiva, exigindo a comprovação convincente da transformação que se teria operado. Esta não existe no processo, o que não possibilita a concessão do benefício que se tem em vista.

Concordo, assim, com as conclusões da D.P., opinando pela inaplicabilidade aos interessados do art. 1.º da Lei n.º 2.284, de 1954”.

9. De fato, robustecendo as razões do parecer citado, infere-se que o art. 1.º da Lei n.º 2.284, de 1954, ao equiparar ao funcionário o extranumerário que tenha atingido cinco anos de serviço público, se aplicado ao extranumerário-contratado, conceder-lhe-ia esta mesma equiparação e não a sua transformação em extranumerário-mensalista.

10. O escopo principal da Lei n.º 2.284, de 1954, bem como do Decreto n.º 36.209, de 20-9-1954, foi disciplinar a situação um tanto desordenada que se notava na legislação reguladora das relações entre extranumerários em geral com a Administração.

11. Outra, entretanto, é a ilação que se tira da presente proposta. Evidentemente, merece certa restrição o ato de se contornar a proibição dos dispositivos de leis, para, como acontece no presente caso, sob razões alegadas de necessidades do serviço, admitir-se contratado para função que, conforme esclarece o Ministério, ora é considerada permanente, ora transitória. Esta vacilação, quanto ao conteúdo objetivo da

função do interessado, não arrima nem justifica o ponto de vista defendido pelo órgão interessado.

12. O exercício satisfatório da função, por parte do contratado, implicitamente está reconhecido, e tanto o foi que coube a renovação do contrato. A seu turno, a imprescindibilidade da função é condição obrigatória em todos os contratos, conforme se conclui do § 2.º do art. 1.º do Decreto n.º 38.106:

“Exclusivamente para efeito deste regulamento, considera-se como função técnico-científica, de natureza transitória, aquela que, envolvendo aplicação predominante de conhecimentos científicos ou artísticos e sendo indispensável ao bom funcionamento dos serviços, compreende atribuições especializadas que não se enquadram entre as inerentes aos cargos ou funções legalmente preenchíveis”.

13. Conseqüentemente, entende esta Divisão que, no presente caso, não é de admitir-se a exceção de que trata o § 2.º do art. 2.º da Lei n.º 2.284, de 1954, e, se o fôsse, tal conclusão importaria na rescisão do contrato em questão, por falta de cumprimento dos dispositivos legais em vigor.

14. Nestas condições, proponho a devolução do processo à Divisão do Pessoal do Ministério da Agricultura.

D. P., em 27 de julho de 1956. — *Paulo Pope de Figueiredo*, Diretor.

Aprovado. — 27-7-56. — *João Guilherme de Aragão*, Diretor-Geral.